

IX ENCONTRO DA ABCP

AT - Ensino e pesquisa em Ciência Política e Relações Internacionais

Qualitative Comparative Analysis (QCA): usos, possibilidades e limites para a análise da dinâmica da competição eleitoral no Brasil pós-1994

Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas – UFPI/UNICAMP
Fernando Augusto Bizzarro Neto – University of Notre Dame

Brasília, DF
04 a 07 de agosto de 2014

Qualitative Comparative Analysis (QCA): usos, possibilidades e limites para a análise da dinâmica da competição eleitoral no Brasil pós-1994

Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas (UFPI/UNICAMP)
Fernando Augusto Bizzarro Neto (University of Notre Dame)

Resumo do trabalho:

Este *paper* tem como objetivo central discutir o uso, as possibilidades e os limites da aplicação de *Qualitative Comparative Analysis* (QCA) para análise de fenômenos políticos ao nível subnacional. Tradicionalmente empregado para análise comparativa entre países, nós argumentamos que a QCA tende a ser um importante recurso para das variações regionais no federalismo brasileiro. Voltada fundamentalmente para a comparação de variáveis qualitativas em pesquisas com número médio de casos, a QCA é uma importante ferramenta metodológica para análise comparativa que tem se desenvolvido na literatura internacional e que foi, até o presente momento praticamente ignorada pela literatura nacional. Para ilustrar o argumento, nós aplicamos QCA à análise da lógica de formação de coligações eleitorais no Brasil para as eleições presidenciais entre 1994 e 2010 e demonstramos como, a despeito das variações regionais, há uma estratégia que guia os principais partidos na disputa, pautada pelo cálculo dos custos e benefícios envolvidos na multiplicação de votos em contextos com competitividade variada.

Palavras-chave: *Qualitative Comparative Analysis*; métodos configuracionais; eleições presidenciais; coligações eleitorais; coordenação estratégica.

Introdução

O sistema partidário brasileiro se institucionalizou (Mainwaring, Power, Bizzarro Neto, 2014). Ainda que resistam indicadores relativamente elevados de fragmentação do sistema partidário e que fenômenos como o surgimento do PSD em 2011 apontem que a entrada abrupta de novos atores relevantes não está completamente fechada, é inegável que o sistema partidário brasileiro contemporâneo se encontra significativamente mais organizado, mais estável e mais compreensível aos eleitores que 25 anos atrás (ver Braga; Ribeiro; Amaral, mimeo, para uma análise das principais dimensões desse debate).

Dentre as transformações que levaram a essa institucionalização destaca-se a estabilização da competição partidária nas disputas presidenciais e a consequente presidencialização das disputas subnacionais, isto é, a replicação da estrutura de competição estabelecida nas disputas presidenciais, polarizada entre duas grandes coalizões lideradas por PSDB e PT, também nas eleições para os governos estaduais (Braga, 2006; Cortez, 2009; Melo, 2010; Limongi; Cortez, 2010; Meneguello, 2010, Mainwaring, Power, Bizzarro Neto, 2014). Tais processos estabilizaram e organizaram as disputas eleitorais majoritárias no país de forma que, dada a centralidade dessas disputas um sistema presidencialista como o Brasil, suas transformações repercutiram sobre todo o sistema.

A literatura recente que tem se debruçado sobre os temas está concentrada, até o presente momento, mais em constatá-los que em explicar por que e como os fenômenos ocorreram. Em grande medida devido à novidade do tema – a resiliência da bipolaridade às intempéries do caminho da disputa partidária nacional só se tornou indiscutível após as eleições de 2006 e 2010, quando a despeito das mudanças ocorridas PT e PSDB continuaram protagonizando as disputas –, tentativas de compreensão não têm sido acompanhada de testes sistemáticos de hipóteses e evidências que confirmem quais os processos por trás da transformação observada no sistema político brasileiro. Quando há tentativas de explicar e compreender o processo, elas estão limitadas à delimitação das hipóteses e a apresentação de evidências não sistemáticas relacionadas aos fenômenos.

Há três grandes desafios para a análise sistemática das hipóteses que explicam o processo de presidencialização da competição política subnacional no Brasil recente. O primeiro é a natureza abstrata do conceito. A presidencialização das disputas estaduais é um arranjo político. Ela se evidencia nas coligações formadas por candidatos a presidente e governadores e se realiza por meio dos acertos e decisões tomadas por múltiplos atores. Dependem das estratégias de partidos nacionais e estaduais, candidatos nos diferentes níveis, e, quando não estão

eles mesmo concorrendo, da participação de Governadores de estado e Presidentes da República. É, portanto, um conceito essencialmente qualitativo, para o qual não há nenhuma medida objetiva – seja ela direta ou indireta, como *proxy* – disponível.

No estudo de temas como esses, pesquisas tendem a empregar técnicas qualitativas como estudos de caso, *paired comparisons* ou *process tracing* (Gerring, 2008). O problema dessas técnicas, em que a análise de processos políticos intrincados é empreendida de maneira intensiva através de métodos qualitativos de análise, é que elas acabam limitadas praticamente por condições de tempo e espaço, normalmente concentrando-se em poucos casos. Dada a estrutura federativa do país e suas dimensões continentais, um estudo sistemático dos arranjos políticos envolve a análise de casos em 27 estados da federação. Assumindo que tal análise envolva mais de uma eleição esse número se multiplica, incluindo uma quantidade de casos muito além do plausível para análises qualitativas tradicionais.

A estratégia padrão para lidar com temas que envolvem um número grande de casos é empreender técnicas quantitativas derivadas dos recentes desenvolvimentos da estatística e econometria. Empregando avançadas técnicas matemáticas, tais metodologias buscam demonstrar a existência e consistência de relação entre variáveis, permitindo uma inferência causal sobre o objeto estudado. Ainda que, dessa forma, tais métodos resolvam o problema derivado do largo número de casos, ao empreender técnicas extensivas de análise, eles não lidam perfeitamente bem com a análise de conceitos abstratos – democracia é provavelmente o mais estudado e discutido desses conceitos em que os limites de tais técnicas acabam evidentes (Seawright, 2008; Berg-Schlosser, 2012). Ao mesmo tempo, análise quantitativas tradicionais, sejam elas lineares ou transformações de relações lineares, não lidam com aquele que é talvez o grande desafio para a análise de temas como os arranjos políticos que levam à presidencialização: multicausalidade.

Técnicas quantitativas como regressões assumem relações aditivas ou multiplicativas entre as variáveis. As condições que levam à formação de coligações ao nível subnacional, contudo, não seguem necessariamente relações desse tipo. Fatores que explicam o porquê de certas coligações em determinados contextos podem estar completamente ausentes em outros. Ao mesmo tempo, configurações semelhantes de alianças entre partidos nas eleições para governador podem ter causas completamente diferentes – algumas derivadas da intervenção do partido nacional, outras de disputas políticas históricas entre elites locais, apenas para ficar com razões não sistemáticas. Essa propriedade de alguns fenômenos da política, conhecida como multicausalidade, não é perfeitamente tratada por técnicas e metodologias quantitativas tradicionais (Schneider, Wagemann, 2012).

Uma das alternativas que surgiram às técnicas qualitativas e quantitativas tradicionais é conhecida pelo acrônimo QCA. *Qualitative Comparative Analysis* é uma das variáveis de métodos das teorias dos conjuntos (em sua versão mais usual, em inglês, *set-theoretic methods*) em que múltiplas combinações de “condições” são analisadas para tratar sistematicamente as associações que produzem uma configuração específica (Ragin, Rihoux, 2004). Mais claramente, métodos como QCA tratam de objetos que podem ser entendidos a partir da teoria dos conjuntos – em que as observações têm natureza qualitativa e podem ser separadas em grupos com características distintivas – e analisam sua associação sistemática por meio de testes lógicos que seguem os princípios da álgebra booleana (Ragin, 1987; 2000).

Por ser essencialmente qualitativo, QCA permite a análise de objetos derivados de conceitos abstratos (Berg-Schlosser, 2012) como é o caso da presidencialização das coligações para governador. Por ser comparativo, permite um tratamento mais extensivo dos casos, sendo indicada fundamentalmente para a análise de grupos de observações de tamanho médio ($10 < n < 100$) (Rihoux; Marx, 2013). Por empreender testes lógicos, explorando principalmente relações de suficiência e causalidade, permite a análise de fenômenos multicausais (Schneider; Wagemann, 2012).

Ainda que o método seja largamente utilizado internacionalmente, sua penetração no Brasil é recente, principalmente através da realização de um curso sobre o método na *Summer School* da IPSA realizada anualmente em São Paulo. Cremos que a não utilização do método pela ciência política nacional é uma importante lacuna, tanto por sua relevância internacional, quanto por suas potencialidades. Ao permitir a análise sistemática de variáveis qualitativas derivadas de um número apenas relativamente grande de casos QCA pode se adaptar a algumas das tradições da ciência política nacional, mais qualitativa, tornando-se uma porta de entrada para outros testes de hipóteses baseados em metodologias qualitativas ou quantitativas.

Partindo deste método, este *paper* põe à prova algumas das principais hipóteses que têm sido apontadas por essa literatura como explicativas das transformações recentes do sistema partidário brasileiro. Ao mesmo tempo, constrói novas hipóteses a partir das anteriormente desenvolvidas, buscando construir uma interpretação mais sistemática dos fenômenos, mecanismos e processos que levam à aproximação entre as estratégias nacionais e subnacionais nos pleitos eleitorais. Qual é, efetivamente, a lógica que rege o sistema político brasileiro contemporâneo é a pergunta que buscamos responder.

1. QCA: conceitos básicos e alcances analíticos

Nas Ciências Sociais, o método comparativo é, por excelência, a chave para a análise empírica. As teorias são construídas e reconstruídas a partir das evidências analisadas, de forma comparativa, entre os casos. É a partir da compreensão das similaridades e das diferentes existentes entre eles é que possível construir teorias com algum alcance e relevância acadêmica. No entanto, é comum a realização de estudos assistemáticos e que pouco dialogam com as teorias já existentes. Diante dessa necessidade tem se ampliado a relevância da Análise Qualitativa Comparativa, mais conhecida como *Qualitative Comparative Analysis (QCA)*¹, que é um tipo de método utilizado para analisar casos de forma comparada, sem perder de vista seus aspectos qualitativos.

A QCA é baseada na lógica matemática booleana, em que, em uma dada variável, os valores podem assumir um número finito de valores. A QCA possibilita, através da álgebra booleana, um tratamento sistemático dos casos a partir da combinação lógica entre as condições estabelecidas, dela se extraindo possibilidades para a análise concreta dos casos escolhidos.

A partir desta lógica algébrica, atribui-se dois valores para a variável, tornando-se uma variável categórica binária, em que os valores podem ser 0 ou 1. Esta, no entanto, não é a única forma de categorizar as variáveis. Considerando a finitude de valores estabelecida pela numeração de 0 a 1, a função booleana também assumirá valores finitos para além de dois, sendo reproduzida em uma *truth-table*, ou “tabela verdade”. Nesta são dispostas as combinações de valores que as variáveis podem assumir e os correspondentes valores da função. Dessa forma, quanto mais valores forem estabelecidos de 0 a 1, maior o número possível de combinações lógicas. Isto possibilita ganhos analíticos por permitir considerar o universo possível de combinações entre as variáveis e os resultados (*outcomes*).

Foi a partir desta lógica matemática que Charles Ragin (1987) pensou a QCA como uma abordagem metodológica que permite analisar os casos, preservando suas configurações complexas, a partir de suas características qualificadas e quantificadas em variáveis booleanas que não podem ser dissociadas uma da outra. Essas configurações esperadas geram determinados *outcomes*. Sendo assim, este método é apropriado para fazer testes de teorias, ou seja, de possíveis configurações de fatores causais (condições) que explicam ou não um determinado resultado.

O método de Ragin foi pensado como uma forma de realizar análises comparativas, buscando associações entre determinadas condições e o *outcome*, levando em conta o conjunto de

¹ Assim como Rihoux e Ragin (2009), o rótulo QCA será utilizado como guarda-chuva para tratar de três tipos de métodos dentro da mesma abordagem: crisp-set QCA (baseada na lógica binária booleana), multi-value QCA (com a atribuição de múltiplos valores categóricos para as variáveis) e fuzzy set QCA (que atribui valores de 0 a 1 para variáveis).

configurações dos casos e não somente o efeito particular de uma variável sobre o *outcome*. Devido a esta particularidade, este tipo de análise é também denominado de método configuracional, tendo sido inicialmente desenvolvido para o estudo de um número pequeno ou intermediário de casos. Este método de comparação dos casos permite sistematizar, operacionalizar as variáveis ou configurações, possibilitando a análise *cross-case*, a partir de uma determinada teoria sobre o fenômeno em análise (Ragin; Rihoux, 2004, p. 3). Permite a comparação, guardando a complexidade dos casos (*within-case*). Além disso, com esse método é possível ir além da descrição, realizando “generalizações modestas”, mas com limitações temporais.

O método configuracional, portanto, se diferencia dos métodos quantitativos tradicionais. A busca não é pela generalização estatística, mas pela generalização limitada no tempo e no espaço, a partir de um dado conjunto de casos selecionado intencionalmente e não de forma aleatória (contra King; Keohane; Verba, 1994). Ademais, nos testes estatísticos usualmente realizados na Ciência Política, costuma-se separar as causas em variáveis independentes, buscando-se verificar o quanto cada uma explica a variação da variável dependente. O teste na análise comparativa qualitativa é feito a partir de todas as condições em conjunto e não a partir da medição do efeito de uma variável particular sobre o *outcome*.

Como afirmam Ragin e Rihoux (2004), os métodos quantitativos convencionais dependem da “correlação bivariada como a pedra angular da análise empírica”. Este tipo de procedimento não cabe nos métodos configuracionais, pois a construção das condições depende da teoria que o pesquisador pretende testar, ou seja, são testadas conexões explícitas dadas teoricamente. Isto impacta em outros aspectos da pesquisa, como na seleção de casos e nos alcances dos achados empíricos, conforme Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Comparação entre os métodos quantitativos convencionais e o método configuracional.

Métodos quantitativos convencionais	Método configuracional (QCA)
Amostra aleatória	Seleção intencional dos casos para incluir casos típicos
Generalização estatística	Generalização modesta, limitada no tempo e no espaço
Causalidade única ou múltipla	Causalidade múltipla conjuntural
Desmembra os casos em um conjunto de variáveis independentes	Desmembra casos em um conjunto de atributos inter-relacionados.
Foco nas variáveis e nas relações entre variáveis causais e dependentes	Foco em configurações de variáveis que resultem em diferentes resultados

Fonte: Riboux; Ragin (2009) e Ragin (2008).

Observamos que o método configuracional segue um pressuposto diferente, tanto é que evita-se utilizar o termo variável independentes para tratar das condições dadas pela teoria, já que elas são, em boa parte, inter-relacionados. Esses conjuntos de condições geram determinados resultados, que são analisados à luz de uma *truth-table*. Esta tabela-verdade apresenta o total de combinações possíveis a partir da teoria e de sua operacionalização em condições, adequando-se, dessa forma, ao método. Nesta tabela, cada linha representa uma combinação específica, ou configuração, que leva a um determinado *outcome*. Sendo assim, a tabela inteira apresenta todas as possibilidades de combinações entre as condições. A *truth-table* é utilizada na análise comparativa das configurações de diferenças e semelhanças, de forma a resumir os padrões que existem em um conjunto de casos. Classifica os casos de acordo com as combinações de valores possíveis (Ragin, 1994, p. 193).

Se todos os casos escolhidos possuem as condições causais esperadas presentes e o *outcome* também presente e/ou as condições causais esperadas ausentes e o *outcome* também ausente a teoria é corroborada (ver Quadro 2).

Quadro 2 – *Crosstabulation* da presença/ausência do resultado contra presença/ausência de uma condição causal.

	Ausência de condições causais	Presença de condições causais
<i>Outcome</i> presente	1) Os casos não são determinados pelo argumento do pesquisador.	2) Os casos apoiam o argumento do pesquisador.
<i>Outcome</i> ausente	3) Os casos apoiam o argumento do pesquisador.	4) Os casos não são determinados pelo argumento do pesquisador.

Fonte: Ragin e Rihoux (2004).

De acordo com a combinação dos valores e de sua relação com o *outcome* é que se sabe o alcance e os limites da teoria para analisar aqueles casos, conforme pode ser ilustrado no Quadro 2: 1) condições causais ausentes não geram efeito esperado, refutando a teoria; 2) condições causais presentes geram efeito esperado, confirmando a teoria; 3) condições causais ausentes geram efeito esperado, confirmando a teoria; e 4) condições causais presentes não geram efeito esperado, refutando a teoria. A teoria, dessa forma, é testada e avaliada a partir da análise do conjunto completo da teoria (de suas condições) e do resultado apresentado nos casos em análise.

Assim, teríamos duas possibilidades lógicas que corroboram com a teoria, a partir dos casos que importam para a pesquisa (selecionados de forma intencional). Quanto mais os casos não se adequam à teoria, maior a variedade de associações entre condições causais e *outcome* da forma não esperada teoricamente. A análise permite, portanto, entender as razões de alguns casos não se adequarem ao modelo teórico testado, fazendo, a partir dele, um estudo de caso em profundidade, de forma a buscar outras condições que afetam o fenômeno em análise.

Com este método, portanto, pode-se compreender os alcances da teoria frente à diversidade dos casos, sem perder a complexidade causal que gera os efeitos em análise. Como foi observado, o método, apesar de depender da comparação, não dispensa estudos detidos de cada caso, seja para compreender o modelo típico em que a teoria se confirma ou, por outro lado, os casos em que essa é refutada. Isto poderá lançar *insights* para a construção de teorias mais robustas que melhor contemplem a diversidade dos casos ou para melhor a compreensão de um dado fenômeno. O método, portanto, favorece o estreitamento entre teoria e empiria, pois a conexão entre as causas e os efeitos não devem ocorrer apenas intuitivamente, mas devem ser fundamentadas teoricamente, de forma a testar, confirmar, refutar e reconstruir teorias, caso necessário.

Em resumo, as técnicas de QCA servem para cinco propósitos, de acordo com Berg-Schlosser, Meur, Rihoux e Ragin (2009, p. 15-16): 1) sumarizar dados, que seria o uso mais descritivo do método, através da geração (através do *software*) da tabela-verdade ou *truth-table*, podendo encontrar similares e diferenças entre os casos; 2) conferir coerência dos dados, detectando nos casos configurações contraditórias ao modelo, ou seja, que apresentam relações não esperadas entre as condições e o *outcome*; 3) testar hipóteses ou teorias existentes; 4) testes de conjecturas formuladas pelo pesquisador, tentando uma teoria *ad hoc* ou parte de uma teoria, explorando, assim, os casos em análise; 5) e desenvolver novos argumentos teóricos na forma de hipóteses, o que corresponde à finalidade de qualquer empreendimento acadêmico: conectar os casos às teorias.

Tendo em vista a breve apresentação do método, no próximo item serão analisados seus desdobramentos e aplicações da QCA. Para isso, apresentaremos as variações do método, a partir do modelo básico booleano e seus desenvolvimentos com a construção de um método de configurações categóricas, de múltiplos valores e, conseqüentemente, do método *fuzzy*.

2. csQCA. mvQCA e fsQCA: breves considerações e aplicações

O método configuracional adquiriu uma série de incrementos com o desenvolvimento de estudos e reformulações metodológicas realizadas por Ragin e outros autores. Primeiramente, elaborou-se o QCA baseado no método dicotômico booleano, proposto por Ragin, em 1987. Em 2000, Ragin propôs uma inovação ao introduzir maior flexibilidade na atribuição de valores às condições, não sendo mais um modelo dicotômico, mas *fuzzy*. O primeiro modelo deu origem ao *crisp-set QCA* e o segundo ao *fuzzy-set QCA*. Alguns softwares

estatísticos foram elaborados para aplicar os métodos (como o *Tosmana* e o *fsQCA*) e outros receberam pacotes com testes lógicos para QCA. Neste item, portanto, será tratado das diferenças entre os dois tipos principais de QCA (*crisp* e *fuzzy*), além do tipo intermediário: *multi-value*.

2.1 Crisp-set QCA e Multi-value QCA

A análise *crisp-set* (csQCA) emprega a condições que são dicotômicas, admitindo valores que podem ser traduzidos em 0 ou 1 (verdadeiro ou falso, baixo ou alto, pequeno ou alto etc). Este tipo de análise empregado para obter “fórmulas mínimas”, tendo como desafio a dicotomização das variáveis para obter uma *truth-table*, que mostra a tabela de configurações possíveis teoricamente, a partir das condições selecionadas (Rihoux; Meur, 2009, p. 33). Quanto mais condições são adicionadas, mais possibilidades lógicas de combinações podem existir. O modelo mais simples possuiria uma condição, resultando em duas possibilidades lógicas, a partir da expressão $2^1 = 2$. Se houver a inclusão de mais uma condição seriam quatro situações possíveis ($2^2 = 4$).

O modelo abaixo (quadro 3) representa os tipos possíveis de combinações, a partir de uma simplificação do modelo de Dahl (2012) da análise das democracias existentes.

Quadro 3 – Aplicação da análise *crisp-set* para o modelo de dahlsiano da análise do processo de democratização.

<i>Cond. 1</i>	<i>Cond. 2</i>	<i>Outcome</i>
Contestação pública	Inclusividade (participação)	Regime político*
1	1	1
0	0	0
1	0	0
0	1	0

Fonte: Dahl (2012).

* Podem ser Hegemonias fechadas [cond 1 = 0, cond. 2 = 0], Hegemonias inclusivas [cond 1 = 0, cond. 2 = 1], Oligarquias competitivas [cond 1 = 1, cond. 2 = 0] e Poliarquias [cond 1 = 1, cond. 2 = 1].

Conforme o modelo, duas dimensões são teoricamente importantes para compreender o processo de democratização: contestação pública e inclusão. A primeira seria o processo de liberalização que levaria à possibilidade da oposição ter espaço político, podendo participar da competição política de forma livre. Assim, haveria a possibilidade de alternância de poder, dada as condições para que grupos opositores expressem suas posições e possam competir por cargos políticos. A outra condição é que haja inclusão da população no controle e na contestação à conduta do governo. Assim, quanto mais os indivíduos possuem direito ao voto, mais inclusivo é o regime.

Segundo o modelo de Dahl (2012), a democracia só seria possível em países que contemplem essas duas condições de forma completa, conforme pode ser observado na primeira linha do Quadro 3. O *outcome* somente será classificado como 1 (poliarquia) quando satisfizer as condições dadas teoricamente.

A dicotomização, no entanto, pode ser insuficiente para compreender a diversidade existente entre os casos, principalmente nas Ciências Humanas, provocando perda de informação sobre os casos. Nas análises em que as condições não podem ser resumidas em dois valores o ideal é ampliar o número de valores, dando às condições múltiplos valores. Esta forma de operacionalizar as condições é denominada de análise *multi-value*(mvQCA). Sendo assim, os valores assumem valores que podem ser 0, 1 e 2, por exemplo, para especificar tipos intermediários como: pequeno, médio e alto. A vantagem da *mv-QCA* é introduzir mais complexidade na análise de casos, tendo em vista a composição de um número limitado de possibilidades teóricas, diferentemente do que ocorre com a análise *fuzzy-set*, que é melhor para analisar grupos mais complexo de casos.

2.3 Fuzzy-set QCA

A análise *Fuzzy-set*(fsQCA) é o tipo mais desenvolvido de QCA. A aplicação desse método é ideal para casos com grande complexidade, em que as condições tendem a ser derivadas de variáveis quantitativas contínuas. Essas variáveis quantitativas são transformadas em variáveis do tipo *fuzzy*, variando no intervalo de 0 a 1, a partir do nível de presença das condições, representando, de um lado, a exclusão completa da condição e, de outro, sua completa presença.

Na lógica *fuzzy*, um dado caso pode pertencer, com certo grau, a um dado conjunto. Diferentemente do modelo dicotômico, existe a possibilidade de casos que apresentem condições intermediárias, evidenciando que existem diferentes níveis de presença de uma dada condição. Partindo desse pressuposto do método, pode-se falar no pertencimento de um elemento a um conjunto *fuzzy*, com certo grau de pertinência ou consistência.

O teste, usando os conjuntos *fuzzy*, baseia-se na localização dos casos em uma função de pertinência, que associa o elemento de um caso “x” a um número no intervalo de 0 a 1, representando o quanto aquele caso possui seu elemento x presente num dado conjunto *fuzzy*. Um exemplo é definirmos analisar regimes políticos e ter como casos países com elevado nível de democracia (próximo a 1), outros como níveis médios (próximo a 0,5) e países com níveis abaixo de 0,5 como países mais autoritários. Quanto mais próximo de 1, mais democrático e quanto

mais próximo de 0, mais autoritário. Dessa forma, a pergunta é saber o quão democrático é um país, a partir da análise de seu pertencimento ao conjunto “democracia”.

Outro ponto importante da aplicação do método é que a definição dos limites mínimos e máximo da condição deve ser dada, preferencialmente, a partir da relação com a teoria. Uma definição também essencial é de *threshold*, que é o limiar que define o patamar central. Não é o mesmo que média ou mediana, mas uma medida que pode ser ajustada de acordo com o que a teoria previr como limiar central e de acordo com a distribuição dos casos selecionados para a análise.

Assim, a diferença básica de um modelo de análise *crisp-set* para *fuzzy-set* é que se assume a complexidade das condições e os limiares (*thresholds*) que definem como considerar um dado valor numérico acima ou abaixo de 0,5, conforme o Quadro 3.

Quadro 3 – Aplicação da análise *crisp-set* para o modelo de dahlsiano da análise do processo de democratização.

Crisp-set	Fuzzy-set
1 = condição presente 0 = condição ausente	1 = condição completamente presente.
	$0,5 < x < 1$ = alto grau de presença da condição.
	0,5 = condição nem ausente e nem presente (<i>crossover</i>)
	$0 < x < 1$ = baixo grau de presença da condição.
	0 = condição completamente ausente.

Fonte: Ragin (2009).

A virtude da *fsQCA* é que há a combinação de técnicas qualitativas com quantitativas para a análise dos casos. De variáveis quantitativas contínuas podem ser transformadas em variáveis *fuzzy*, a luz dos limiares dados teoricamente. Além disso, não se perde de vista a teoria, associando configurações complexas, com múltiplas condições, aos *outcomes*, também transformados em variáveis de 0 a 1. Assim, ganha-se em complexidade na análise, por um lado, evidenciando limites e alcances das teorias e hipóteses a serem testadas.

3. A presidencialização da política

O fenômeno decisivo para a compreensão das características do sistema político brasileiro contemporâneo é a estabilização da competição eleitoral para a Presidência da República. Entre 1994 e 2010 os candidatos lançados pelas coalizões encabeçadas por PT e PSDB concentraram mais de dois terços dos votos válidos para a Presidência da República já no primeiro turno, protagonizando todas as disputas nesse período (Tabela 1). Como demonstram Limongi e Cortez (2010), nenhum outro partido que tenha tentado ocupar um dos dois primeiros

lugares na eleição presidencial no período ameaçou de fato a polarização quando as urnas foram abertas.

Tabela 1 - Resumo dos Resultados das eleições presidenciais (1º Turno) – 1989-2010

	1989	1994	1998	2002	2006	2010
PT	17.2	27.0	31.8	46.4	48.6	46.9
PSDB	11.5	54.3	53.1	23.2	41.6	32.6
PT + PSDB	28.7	81.3	84.9	69.6	90.3	79.5
Outros	71.3	18.7	15.1	30.4	19.7	20.5

Fonte: Limongi; Cortez, 2010, p.24.

Apontada como uma das principais fontes de instabilidade no período 45-64 (Lima Jr., 1999), a Presidência da República passou a exercer um forte efeito estabilizador sobre o sistema partidário brasileiro a partir de 1994, quando a concentração da disputa nos candidatos de apenas dois grupos partidários estabilizou os padrões de competição eleitoral nacional, colaborou na reorganização das disputas no interior do Congresso (Zucco; Power, 2009; Melo; Câmara, 2012) e permitiu uma maior compreensão e identificação com o sistema político por parte do eleitor (Braga; Pimentel Jr., 2011).

Também, a consolidação da polarização PT x PSDB na disputa presidencial repercutiu sobre os outros níveis da competição eleitoral no país e as eleições para os governos estaduais passaram a replicar a lógica bipolarizada estabelecida nacionalmente (Meneguello, 2010; Cortez, 2009; Limongi; Cortez, 2010). Isso fez com que, a despeito da sobrevivência de níveis elevados de fragmentação partidária no país, o sistema de partidos brasileiro se apresentasse substancialmente mais concentrado e organizado que anteriormente, particularmente quando comparamos o período recente com a experiência democrática anterior no país, entre 1945 e 1964.

Os dados da Tabela 5 confirmam a crescente presidencialização da política estadual a partir do início da década de 90 e demonstram como as estratégias de coordenação eleitoral e construção de alianças dos “partidos presidenciais” (Melo; Câmara, 2012) contemporâneos se diferenciam daquelas observadas para o sistema partidário brasileiro durante meados do século XX. Para elaborá-la, construímos um “Índice de Presidencialização” das disputas estaduais, que busca quantificar a intensidade em que as coligações de partidos estabelecidas ao nível presidencial se reproduzem nos estados brasileiros.

Em resumo, o valor do índice representa uma medida da reprodução do núcleo da coligação estabelecida para a Presidência da República no estado. Por núcleo da coligação entendemos o conjunto de partidos que sistematicamente se coligaram para lançar conjuntamente candidatos à Presidência. Esse índice é aditivo e varia de 0 a 1, sendo que 1 representa o máximo

de reprodução possível e 0 o completo descolamento entre as coligações nos dois níveis. A Tabela 2 apresenta as condições a partir das quais o índice foi composto.

Tabela 2 - Condições para composição do índice de Presidencialização

Condições	Descrição	Valores	Observação
1	Partido 1 e Partido 2 estão de lados opostos	0.15	Se Partido 1 e Partido 2 estiverem na disputa coligados do mesmo lado esta é condição suficiente para "não presidencializado"
2	Partido 1 vs. Partido 2 (cabeças de chapa)	0.15	
3	Candidatura do Partido 1 entre as 2 primeiras	0.05	
4	Candidatura do Partido 2 entre as 2 primeiras	0.05	
5	Coligações Partido 1 e aliados	0.15	
6	Coligações Partido 2 e aliados	0.15	
7	Aliados do Partido 1 não estão coligados com Partido 2	0.15	Disputas sem Partido 2, ganha "0"
8	Aliados do Partido 2 não estão coligados com Partido 1	0.15	Disputas sem Partido 1, ganha "0"
Presidencialização	0 a 1, sendo 0 "não presidencializado" e 1 "totalmente presidencializado"		

Fonte: Elaboração própria.

Partindo dessas condições, buscamos compreender quais as características principais das coligações presidenciais nos dois períodos democráticos brasileiros para poder, então, compará-los com a configuração das coligações nas eleições para os governos estaduais. As Tabelas 3 e 4 trazem as coligações para a Presidência da República nas duas experiências democráticas brasileiras.

Tabela 3 - Coligações de partidos que apresentaram candidatos a Presidente (1945-1960)

1945	1950	1955	1960
PSD/PRP (PTB)	PSD/PR/ POT/PST/PRB	PSD/PTB/PR/ PTN/PST/PRT	PSD/PTB/PSB/ PST/PRT
UDN/PR/PL/ PR-Progressista	UDN/PRP/ PDC/PL	UDN/PDC/PL/PSB	UDN/PR/PL/ PDC/PTN
PCB	PTB/PSP	PSP	PSP
PAN	PSB	PRP	

Fonte: TSE

Tabela 4 - Coligações de partidos que apresentaram candidatos a Presidente (1994-2010)

1994	1998	2002	2006	2010
PSDB/PFL	PSDB/PFL/ PPB/PTB/ PSD	PSDB/PMDB	PSDB/ PFL	PSDB/DEM/PTB/ PPS/PMN/PTdoB
PT/PSB/PCdoB/PPS/PV/ PSTU	PT/PDT/PSB/PCB/PCdoB	PT/PL/ PCdoB/ PMN/PCB	PT/PRB/ PCdoB	PT/PMDB/PDT/ /PCdoB/PSB/PR/PRB/PTN/P SC/PTC
PMDB/PSD	PPL/PL/PAN	PPS/PDT/PTB	PSOL/ PCB/ PSTU	PV
Prona	PTdoB	PSB/PGT/PTC	PSL	PSDC

PDT	PMN	PSTU	PDT	PRTB
PPR	PSDC	PCO	PSDC	PSOL
PRN	PSN			PCO
PSC	PTN			PSTU
	PSC			
	PSN			
	Prona			
	PV			

Fonte: TSE

Para o período 1945-1964 claro está que UDN, PDC e PL compuseram uma aliança sistemática ao nível das eleições presidenciais. Em 1945 o PDC não participou de nenhuma coligação nacional, mas UDN e PL já estavam coligados. A partir de 1950 os três candidatos da UDN à Presidência contaram com PDC e PL como coligados. De maneira semelhante, ainda que menos intensa, PSD, PTB e PST compuseram um segundo bloco partidário presente no período. Exceto pelas eleições de 1950 quando Getúlio Vargas foi candidato pelo PTB e o PSD decidiu lançar Cristiano Machado, o “esquema PSD-PTB” (Souza, 1976) foi estável no período. O PST não participou das eleições de 1945 e esteve coligado com o PSD em todas as outras eleições.

Para o período democrático contemporâneo, o núcleo dos dois blocos partidários estabelecidos nas coligações para as eleições presidenciais são, por um lado, PSDB e PFL e, por outro, PT, PSB e PCdoB. Essa interpretação da composição dos grupos é coerente com a já estabelecida por outros autores (Cortez, 2009; Melo; Câmara, 2012). Apesar do fato de que em 2002, tanto PSB quanto PFL não se aliam com seus “parceiros”, cremos que a estabilidade das relações entre os partidos quando observamos o período todo justifica a interpretação dos blocos como composições estáveis².

Dessa forma, a partir da definição dos dois partidos que polarizam a disputa presidencial (Partido 1 e 2) e seus aliados, o índice atribui valores a características específicas de suas coligações nos estados. Cada um desses valores é somado até a obtenção do valor final. Por exemplo, podemos analisar a composição do índice de presidencialização para o estado do Pará em 2010. Em 2010, a eleição para o governo do estado foi polarizada no Pará entre uma candidatura do PSDB, com apoio do DEM e outra do PT, com apoios tanto de PSB quanto de PCdoB. Nesse caso, todas as condições foram satisfeitas: PSDB e PT encontravam-se em coligações diferentes (1); ambos eram cabeça-de-chapa (2); ocupavam as duas primeiras posições (3 e 4); o PSDB estava aliado com o DEM (5); o PT estava aliado com PSB e/ou PCdoB (6);

² Para 1990 os dados são referentes à replicação das coalizões PT-PSB-PCdoB e PRN-PTR-PSC.

consequentemente, o DEM não se coliga com o PT nem o PSDB se coliga com PSB e/ou PCdoB (7 e 8). O valor final do índice de presidencialização para o Pará é 1.

De maneira semelhante, podemos exemplificar com a disputa na Paraíba em 1950. A disputa se deu entre apenas 2 candidatos, uma da UDN e outro do PSD em aliança com o PL. Apenas as condições 1, 2, 3 e 4 são satisfeitas nesse caso, já que há apenas um outro partido participando das coligações, o PL, e ele participa “do lado errado”, de forma que nenhum valor é atribuído à composição com outros partidos. O valor final do índice para a Paraíba em 1950 é 0,40. Finalmente, o valor do índice é 0 para o Piauí em 1998 já que nessa eleição PT e PSDB se coligaram na eleição para governador.

Tabela 5 - Índice de Presidencialização das disputas estaduais (1945-2010)

UF	1947	1950	1954	1955	1958	1960	1962	1964	1990	1994	1998	2002	2006	2010
AC							0.2		0.65	0.5	0	0.85	0.95	1
AL	0.4	0.2		0.05		0.65			0.6	0.45	0.85	0.45	0.8	0.55
AM	0.4	0.4	0		0		0		0.35	0.3	0.85	0.45	0.75	0.65
AP									0.5	0.85	0.8	0.95	0.9	0.6
BA	0	0.4	0.4		0.85		0.3		0.45	0.15	0.65	0.65	0.5	0.85
CE	0.4	0.4	0.2		0.5			0	0.6	0.8	0.8	0.85	0.85	0.85
DF									0.5	0.8	0.95	0.85	0.8	0.85
ES	0	0.8	0		0.55		0.5		0.3	0.65	0.8	0.15	0.35	0.8
GB						0.65								
GO	0.4	0.5	0.4		0.4	0.4			0.6	0.65	0.95	0.95	0.5	0.7
MA	0	0.15		0.5		0			0.5	0.15	0.5	0.45	0.45	0.35
MG	0.4	0.4		0.55		1			0.8	0.8	0.95	1	1	0.55
MS									0.45	0.35	0.15	0.85	0.85	0.55
MT	0.4	0.4		0.7		0.55			0.45	0	0.8	0.8	0.6	0.65
PA	0.35	0.7		0.7		0.65			0.3	0.65	0.65	1	1	1
PB	0.35	0.4		0		0.5			0.45	0.65	0.85	0.95	0.85	0.55
PE	0.7	0.4	0.4		0.4		0.15		0.45	0.85	0.65	0.85	0.8	0.85
PI	0.4	0.55	0.8		0.4		0		0.6	0.65	0	0.85	0.65	0.8
PR	0.4	0.7		0.5		0.3			0.6	0	0.5	0.9	0.45	0.55
RJ	0	0.7	0.8		0.5		0.3		0.35	0.35	0.65	0.8	0.6	0.85
RN	0.4	0.15		0.5		0.2			0.45	0.15	0.8	0.65	0.5	0.85
RO									0.65	0.35	0.5	0.15	0.65	0.8
RR									0.45	0.65	0.5	0.35	0.85	0.85
RS	0.35	0.35	0		0		0		0.15	0.7	0.85	0.7	1	0.65
SC	0.7	0.4		1		0.4			0.45	0	0.8	0.65	0.8	0.8
SE	0.7	0.55	0.35		0.7		0.4		0.5	0.85	0.65	0.65	0.85	0.85
SP	0.3	0	0.15		0.45		0.45		0.15	0.95	0.8	1	1	0.85
TO									0.15	0.35	0.5	0.8	0.65	0.85
Média	0.35	0.43	0.32	0.50	0.43	0.48	0.23	0.00	0.46	0.50	0.66	0.72	0.74	0.74

Fonte: Elaboração própria.

Os dados da Tabela 5 são incontestáveis na demonstração das mudanças pelas quais passou o sistema partidário brasileiro. Comparando a presente experiência democrática com o período 1945-1964, a relação entre a estrutura de competição presidencial e estadual é substancialmente mais intensa. A maior média para o período 45-64, 0.50 obtida em 1955, é igual apenas ao menor valor obtido no período 1994-2010, quando se estabeleceu a clivagem PSDB x PT, obtido em 1994. Separando as eleições por período, a média do índice para o primeiro período é 0.36 e para o segundo 0.625. Isso mostra uma clara diferença entre as estratégias coligacionistas dos principais partidos das eleições presidenciais nas eleições estaduais: PT e

PSDB coordenam estratégias nacionais de maneira muito mais intensa que PSD e UDN faziam nas décadas de 40, 50 e 60³.

De maneira semelhante, a Tabela 5 permite uma melhor compreensão do desenvolvimento da presidencialização da política brasileira no período recente. A evolução da média do índice entre 1990 e 2010, passando de 0.45 para 0.74 mostra que essa estratégia só fez se intensificar com o passar dos anos e que a interpretação de que as eleições presidenciais têm tido um importante e crescente efeito organizador nas disputas estaduais está correta. Tais conclusões também confirmam que a reorganização da disputa presidencial passa pela emergência de atores com estratégias coligacionistas mais estruturadas.

Contudo, ainda que os dados da Tabela 5 demonstrem o processo, eles não explicam sua emergência nem sua continuidade. Por que e como ela se reproduziu a partir de 1998? Por que especificamente PT e PSDB foram os partidos capazes de promover essa nacionalização? A próxima seção do texto explora essas perguntas a partir das respostas já fornecidas pela literatura e adiciona novas interpretações ao fenômeno.

4. Incentivos institucionais e presidencialização

Há até o presente momento, um conjunto de trabalhos que buscam interpretar as mudanças recentes do sistema partidário brasileiro. Um primeiro esforço que merece ser destacado é o artigo de Limongi e Cortez (2010) que atualiza os achados de Cortez (2009) também para as eleições de 2010. Segundo os autores, o traço distintivo do período contemporâneo e do papel das eleições presidências na configuração do sistema político brasileiro estaria vinculado ao estabelecimento a partir de 1994 de uma nova ordem da disputa presidencial, marcada pela emergência de “candidaturas nacionais” lideradas por PT e PSDB em parceria com outros grandes partidos.

Essa nova forma de construir candidatura presidencial teria sido adotada por PT e PSDB após as dificuldades enfrentadas pelos partidos nas eleições de 1989, quando seus candidatos presidenciais quase não conquistaram votos em regiões que não constituíam bases eleitorais de suas lideranças anteriormente. Desejosos de maximizar os seus votos na disputa nacional e percebendo os limites de candidaturas individuais, PT e PSDB teriam buscado atrair outros partidos médios e grandes para suas alianças, buscando fundamentalmente fornecer aos seus candidatos o “componente regional” que a aliança poderia trazer.

³ Ainda que os sistemas partidários sejam diferentes e algumas das regras tenham mudando entre 1964 e 1988, dimensões centrais para essa discussão como o presidencialismo e o federalismo continuam presentes organizando o sistema político nacional.

Feito isso em 1994, a reprodução dessa estratégia estaria fortemente vinculada com a característica inercial própria dos sistemas políticos (Limongi; Cortez; 2010, p.36). Os custos de entrada para as eleições presidenciais seriam elevados e outros partidos seriam desencorajados a enfrentar a polaridade PT x PSDB já estabelecida.

O argumento de Limongi e Cortez (2010), contudo, não é capaz de explicar porque especificamente PT e PSDB foram capazes de construir as candidaturas nacionais que passaram a organizar o sistema partidário desde 1994. Em poucas palavras, ao rejeitarem que foram as preferências dos eleitores que definiram a primazia de PT e PSDB – argumento que Mainwaring, Power e Bizzarro Neto (2014) buscam matizar⁴ – e ao assumirem que a supremacia de ambos se deve ao fato de que foram eles os únicos que empreenderam o esforço de nacionalizar suas candidaturas, sua explicação nesse ponto se aproxima de uma tautologia que pouco nos ajuda a entender os processos por trás das transformações observadas.

Para superar essa dificuldade, cremos que a contribuição de Melo (2010) é decisiva. Para o autor, a construção da polaridade entre PT e PSDB e sua permanência derivam dos resultados de interações entre os atores do sistema político em momentos específicos da história recente do país. Nesse caso, a melhor colocação de Lula quando comparado a Leonel Brizola do PDT em 1989 definiu a primazia da candidatura petista sobre o populismo/trabalhismo a partir de 1994, fazendo do candidato petista o principal concorrente à esquerda do espectro político partidário.

Da mesma forma, o sucesso do Plano Real catapultou o PSDB de Fernando Henrique Cardoso à condição de ator principal ao centro e à direita em 1994, fazendo com que as duas candidaturas ocupassem boa parte do espaço disponível em cada lado do espectro. O PMDB, até então maior partido do país, punido pelo insucesso das candidaturas Ulysses Guimarães em 1989 e Orestes Quécia em 1994, teria sido substituído pelo PSDB como protagonista ao centro, sendo relegado à condição de coadjuvante de luxo das disputas eleitorais no país (Melo, 2010).

A partir de 1998, o protagonismo de PT e PSDB só teria se reforçado, na medida em que o custo de entrada para novos competidores aumentava quando os dois partidos passavam a encarnar a disputa situação / oposição no país. Mesmo a crise dessa estrutura de competição em 2002 e o lançamento de outras duas candidaturas competitivas por PSB e PPS

⁴ Segundo os autores, ainda que a preferência dos eleitores medida a partir da identidade partidária não seja, ela só, suficiente para explicar a construção e manutenção do predomínio da dinâmica bipolarizada, ela não pode ser ignorada, particularmente quando buscamos entender o papel de destaque assumido pelo PT. Como mostram os autores, os petistas compõem um contingente significativo do eleitorado que se comporta de maneira partidária sistematicamente, conferindo ao partido um patamar mínimo de apoio em todas as eleições que já, de saída, o qualifica como um dos principais competidores das eleições presidenciais.

não impediu a reprodução do modelo de competição concentrado que seria plenamente recuperado nas eleições seguintes em 2006.

Com esse argumento, o autor retoma Duverger (1964) e Cox (1997) reafirmando que a construção de disputa polarizadas em apenas dois grupos depende também da configuração das clivagens entre os grupos em disputa. Segundo essa interpretação, quanto mais grupos em disputa, menores são os efeitos restritivos do sistema eleitoral sobre o número de candidatos. Se observarmos novamente os dados presentes na Tabela 4 veremos claramente a ocupação dos espaços no espectro político pelos candidatos de PT e PSDB desde exatamente 1994, momento a partir do qual ambos “fecharam a porta” a candidaturas alternativas tanto à direita quanto à esquerda.

Nesse exercício, o PSDB foi inclusive muito mais bem sucedido que o PT. Enquanto o PT disputou com o PDT em 1994 e 2006, PPS em 1998 e 2002, PSB em 2002, PSOL em 2006, e PV em 2010⁵ a hegemonia das candidaturas à esquerda do espectro, nenhum partido grande ou médio ao centro ou à direita lançaram candidatos presidenciais desde 1998. Apenas em 1994 o centro estava representado pelo PMDB e a direita canalizou parte de seus votos em Enéas Carneiro, do Prona. Os partidos de direita que lançaram candidatos se saíram sem exceção mal, dificilmente atingindo 1% dos votos. Essa unidade do centro direita é surpreendente pois, como notam Mainwaring, Meneguello e Power (2000), a direita brasileira é bastante fragmentada, concorrendo em eleições em quase duas dezenas de agremiações.

A constatação da capacidade de PT e PSDB de ocupar espaços políticos e definir as clivagens que organizaram a política brasileira em 1994 não pode, contudo explicar seu desenvolvimento. Quais os processos que garantiram que a partir de 1998 PT e PSDB reproduzissem a disputa ao invés de serem substituídos por novos partidos e lideranças é uma pergunta fundamental que a resposta inercial tanto de Limongi e Cortez (2010) quanto de Melo (2010) não dá conta de responder.

Nesse sentido, além da interpretação do papel da construção de candidaturas nacionais e da organização da estrutura de competição política no país, cremos que é necessário incorporar os efeitos dos incentivos institucionais presentes no sistema que impulsionaram o surgimento da política presidencializada. Essencialmente, os dois incentivos institucionais cruciais foram a adoção da reeleição e o casamento das eleições como demonstraremos a seguir.

Os efeitos das regras eleitorais e das características institucionais do sistema político sobre a competição eleitoral têm sido apontados como centrais para a compreensão de seu

⁵ O PV não é um partido de esquerda, tendo sido habitualmente classificado como de centro (Power; Zucco; 2011). Contudo, com o lançamento da candidatura de Marina Silva, ex-ministra do governo Lula à Presidência, cremos que é mais correto classificar a candidatura do partido na disputa com o PT por um determinado espaço do espectro, mais à esquerda.

desenvolvimento desde, pelo menos, o trabalho seminal de Duverger (1964). Diferentes processos de conversão de votos em cadeiras, mecanismos de controle dos partidos e dos candidatos e acesso a recursos e eleitores podem produzir diferentes configurações da competição política (Carey; Shugart, 1995).

No caso aqui analisado, a adoção da simultaneidade temporal das eleições nacional e estaduais a partir de 1994 e, especialmente, a adoção da emenda da reeleição em 1997, válida a partir de 1998, são incentivos institucionais decisivos para a compreensão dos caminhos trilhados pelo sistema partidário brasileiro recente.

Eleições “casadas” tornam os cenários mais complexos ao mesmo tempo em que abrem novas possibilidades de inserção dos partidos na competição eleitoral. Uma dessas possibilidades é a chance ofertada aos partidos para que coordenem estratégias coligacionistas através dos níveis em disputa do sistema eleitoral (Golder, 2006). Isso permite que as dinâmicas estabelecidas em um nível se reproduzam ao nível da disputa eleitoral subjacente. Particularmente, essa estratégia de coordenação através dos níveis tem sido usada para favorecer os partidos que tenham interesse em vencer o governo central em contextos multiníveis (Cox, 1997) como é perceptível, no caso brasileiro, para PT e PSDB e suas estratégias de coordenação entre as eleições presidenciais e estaduais.

A consistência desse fenômeno para o caso brasileiro pode ser perceptível, por exemplo, quando comparamos os valores médios da presidencialização estadual durante o período 1945-1964 presentes na Tabela 5 nos anos em que ocorreram também eleições presidenciais (1950, 1955, 1960). Nesses três pleitos, os valores médios do Índice de Presidencialização da política estadual são os mais altos para o período (0.43, 0.50, 0.48 respectivamente). O maior valor para um ano sem eleições casadas, 0.43 para 1958 é o igual apenas ao menor valor para os anos em que as eleições são simultâneas (1950) e a diferença entre as médias dos valores para eleições casadas e solteiras é estatisticamente significativa a $p < 0.05$.

De maneira semelhante, quando observamos os resultados do período democrático contemporâneo, vemos que o menor valor do Índice de Presidencialização é encontrado exatamente no único ano em que as eleições não são casadas, 1990, e que a partir de 1994 o valor é sistematicamente maior.

Isso sugere, que o casamento temporal das eleições pode ter tido um efeito positivo para reforçar as chances de que o processo de presidencialização das coligações estaduais fosse posto em curso. Foi ele quem criou as condições institucionais para que PT e PSDB pudessem, como sugerem Limongi e Cortez (2010), dar início ao processo de construção de candidaturas nacionais por meio do qual predominariam sobre as eleições nacionais.

Contudo, sozinho, o incentivo institucional da simultaneidade dos pleitos não pode explicar a reprodução da nacionalização a partir de 1998. No período 1945-1964 foram 3 as eleições casadas e nem por isso os níveis de presidencialização das disputas estaduais aumentaram. Dessa forma, cremos que um segundo incentivo institucional decisivo para a efetivação da presidencialização da política brasileira é a adoção da possibilidade de reeleição em cargos executivos a partir das eleições de 1998.

A possibilidade de que os ocupantes dos cargos executivos concorram novamente ao mesmo cargo sem ter que deixá-los durante o período eleitoral aumenta os custos de entrada de novos atores na disputa. Em situações como essas, em que o Presidente, Governador ou Prefeito busca a própria reeleição enquanto ainda ocupa o cargo, formar novas coligações pode ser muito mais custoso para novos atores, já que eles têm que oferecer um incentivo maior que aquele que pode ser oferecido pelo atual ocupante do cargo. Da mesma forma, candidatos à reeleição têm taxas elevadas de sucesso, o que desincentiva a entrada de novos atores na disputa.

Essas expectativas são coerentes com os achados recentes da literatura comparada sobre a formação de coalizões pré-eleitorais e a entrada de candidatos (Spoon; West; 2013). Países em que há limite para o tempo em que os presidentes podem ocupar o cargo tendem a produzir efeitos diferenciados sobre o número de participantes da disputa caso haja ou não candidato à reeleição no pleito. Nos casos em que os há, partidos com menos chances de se eleger podem escolher não participar da disputa, aguardando a eleição seguinte, quando o presidente reeleito não poderia concorrer novamente.

Essa explicação poderia ser traduzida para o caso brasileiro. Para além das já mencionadas dinâmicas de conformação do campo de disputa, a possibilidade que o Presidente Fernando Henrique Cardoso disputasse novamente as eleições em 1998 o colocava em uma posição privilegiada para repetir – e mesmo expandir – sua coalizão de 1994 e impedir a entrada de novos competidores.

Da mesma forma, a ausência de um candidato à reeleição em 2002 teria aberto uma brecha para que PPS e PSB lançassem Ciro Gomes e Anthony Garotinho, respectivamente. Finalmente, tal mecanismo estaria presente em 2006 também, quando com Lula candidato à reeleição e com a nova candidatura do PSDB, nenhum outro grande partido disputou a eleição presidencial e, dentre os médios, apenas o PDT disputou a eleição com Cristóvão Buarque, obtendo pouco mais de 1% dos votos. Em 2010, ainda que Lula não fosse candidato a reeleição, a grande popularidade do governo fortaleceu as chances da candidata petista, Dilma Roussef, o que não impediu, contudo, uma nova emergência de um terceiro candidato competitivo, a ex-ministra Marina Silva pelo PV.

Tais dinâmicas demonstram como a possibilidade de reeleição pode exercer efeitos sobre a estratégia coligacionista dos partidos e sobre a definição da estrutura de competição estabelecida nas disputas majoritárias. Nesse sentido, cremos que ao incorporarmos a demonstração dos efeitos que os incentivos institucionais podem ter sobre a construção e polarização da competição política ao nível presidencial, nós trazemos uma contribuição decisiva sobre a trajetória do sistema político brasileiro recente e suas possibilidades de desenvolvimento futuro. Mais que idiossincrasias dos formatos organizativos e das estratégias dos partidos, cremos que essa incorporação demonstra o substrato institucional sobre o qual a atuação de PT e PSDB foi possível e porque eles conseguiram, a despeito da fragmentação do sistema e da força de outros atores estaduais e nacionais, protagonizar a disputa política ao nível nacional.

Essa conclusão, contudo, não encerra o esforço de compreensão da dinâmica partidária eleitoral recente no país. Após demonstrarmos sob quais condições PT e PSDB estabilizaram e predominaram na disputa nacional e reproduziram sua estratégia coligacionista nos estados, é necessário explicar como o processo de presidencialização da disputa estadual se deu. Em quais estados a disputa se presidencializou e por quê é um entendimento necessário que nos permite desvelar a lógica de funcionamento do sistema partidário brasileiro.

5. A presidencialização das disputas locais

Ainda que a presidencialização das disputas estaduais seja constante no período a partir de 1994 e que tenha ficado cada vez mais maior, como mostram os dados da Tabela 5, ela não se instalou em todos os estados na mesma intensidade e ao mesmo tempo. Essas variações na atuação estadual da lógica da presidencialização não parecem ser, contudo, aleatórias. Segundo Limongi e Cortez (2010), a construção de candidaturas nacionais passou pela adição às coligações de um componente regional, isto é, de parceiros que trouxessem à coligação bases organizativas e eleitorais em regiões complementares àquelas dos demais partidos aliados.

Isso explicaria, para os autores, tanto a aliança do PT com o PSB, que especialmente a partir de 1994 com a filiação de Miguel Arraes ao partido estabeleceu-se como uma importante base à esquerda no Nordeste brasileiro, adicionando à coligação petista, com bases fortemente concentradas em São Paulo, o “componente regional” necessário para nacionalizar a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva. De maneira semelhante, a mesma lógica estaria por trás da aliança entre PSDB e PFL, que uniria as bases paulistas do primeiro com a força eleitoral do segundo também no nordeste do país.

Essa explicação, ainda que bastante persuasiva, padece de duas dificuldades inerentes. Primeiramente, ela não é sistemática, sendo claramente dependente da força dos partidos nos estados. Com isso, ao invés de demonstrar padrões efetivos de organização da política eleitoral no país, ela é contingente à ao desempenho dos partidos, que varia de eleição para eleição. Ainda nesse mesmo ponto, essa explicação não é capaz de explicar a crescente “presidencialização” das disputas estaduais – talvez apenas seu começo –, particularmente após o crescimento do PT em regiões mais distantes de sua base paulista original, nas quais seus aliados se saíam melhor.

Além disso, essa explicação está, na própria argumentação de Limongi e Cortez (2010) e Cortez (2010), submetida a outra, que explicaria os casos desviantes. Como exemplo, é possível ver a interpretação dos autores para a aliança entre PT e PSDB no Piauí em 1998. Mesmo sendo um estado em que nenhum dos dois partidos tinha grandes bases eleitorais e em uma região em que eles dependeriam de aliados para fortalecer suas candidaturas nacionais, os partidos se aliam no lançamento de Fulano de tal, ao governo do Estado.

Diante dessa incongruência com seu argumento, os autores minimizam o fato afirmando que isso se deve ao tamanho relativamente pequeno do eleitorado piauiense, que pouca diferença faria no cômputo geral dos votos, havendo, conseqüentemente, pouco incentivo para que os partidos nacionais se empenhassem a interferir na disputa local. Sempre que outros casos desviantes aparecem, a resposta dos autores é a mesma, retomando o pouco impacto que a não-presidencialização da política em estados pequenos teria para o resultado global da disputa política nacional.

Nós cremos, diferentemente dos autores, que o tamanho dos estados não é um elemento apenas adicional para compreender as estratégias de coordenação eleitoral dos partidos, mas seu elemento central. Se o objetivo dos partidos é coordenar estratégias para a construção de candidaturas presidenciais com apoios partidários e eleitorais que garantam sua penetração territorial em um país de dimensões continentais como o Brasil, os partidos nacionais precisam de algum padrão que oriente sua estratégia. Esse padrão nos parece ser mais que simplesmente a adição de um componente regional, mas uma estratégia clara de interferência nas lógicas eleitorais dos estados brasileiros, particularmente dos mais populosos, que tenderiam a oferecer um alcance de eleitores potenciais em eleições nacionais muito maior para os candidatos presidenciais.

Um último ponto da argumentação de Limongi e Cortez que é a ausência de um teste sistemático de sua hipótese nesse ponto. Essa interpretação deriva, aparentemente, de uma análise individual dos casos de coligações eleitorais pelo país, sem que nenhuma estratégia de abordagem mais estruturada dos dados tenha sido tentada.

A *rationale* por trás dessa estratégia é econômica. A coordenação de estratégias eleitorais em pleitos diferentes promove – potencialmente – substanciais ganhos de escala para os partidos brasileiros. Atividades capital-intensive, como programas de televisão para exibição durante o HGPE e a produção de materiais de campanha podem ser divididos entre as diferentes campanhas, maximizando o alcance tanto dos candidatos presidenciais quanto estaduais. Ao mesmo tempo, partidos assumem que os *coattail effects* que incentivam eleitores a votar em candidatos associados (Bizzarro Neto, 2014; Soares, 2013) tendem a impactar o desempenho eleitoral de seus candidatos. Dessa forma, candidaturas presidenciais articuladas com candidaturas locais podem custar menos e produzir mais votos. Esses efeitos, contudo, ainda não foram definitivamente comprovados pela literatura.

Econômica é, também, a lógica que rege a definição de alianças políticas. Em um sistema altamente fragmentado como o brasileiro, os benefícios que a coordenação de estratégias em diferentes pleitos podem trazer dependem da possibilidade efetiva dessa coordenação. Com muitos partidos competindo, organizar disputas locais para que elas se assemelhem às disputas nacionais é possivelmente mais custoso. Maior dispersão do poder tende a produzir maior instabilidade – como assumem muitos dos argumentos clássicos sobre os sistemas eleitorais, particularmente Lijphart (2012) – e menor possibilidade de que maiorias sejam obtidas. Nesse sentido, sistemas altamente fragmentados, contrariamente ao esperado por Golder (2006), tendem a dificultar ainda mais a coordenação eleitoral entre os níveis da disputa, tornando a presidencialização das disputas estaduais ainda mais difícil.

Essa discussão foi introduzida no caso brasileiro por Lima Jr. (1983), que argumentava que o traço distintivo do sistema partidário brasileiro, sua elevada fragmentação e o descolamento entre sistemas partidários nacional e estaduais, seria resultado da vigência entre nós de “racionalidades políticas contextuais”. Dada a fragmentação do poder subnacionalmente, o elevado número de partidos competindo, a fragilidade dos partidos nacionais e as idiosincrasias de nossas elites locais, os sistemas políticos subnacionais tenderiam a seguir lógicas próprias, descoladas da estrutura de competição nacional.

Dessa forma, mais que o componente regional que explicaria as decisões de PT e PSDB em formar coligações estaduais que replicam a disputa nacional, uma compreensão abrangente da estratégia de coordenação eleitoral dos partidos brasileiros deve levar em conta 1. as diferenças entre os estados brasileiros, que ofereceriam incentivos diferenciados para os partidos nacionais; 2. o custo local que tais partidos enfrentam para atuar sobre a lógica estadual. Nossa hipótese mais simples é a de que estados mais populosos e menos fragmentados devem ser o espaço preferencial de atuação do processo de presidencialização das coligações.

Uma segunda dimensão das “racionalidades políticas contextuais” ignorada pela literatura anteriormente produzida, particularmente Melo (2010), é que ao lado dos “partidos nacionais” PT e PSDB, convivem outros atores políticos com estratégias particulares de organização da competição política estadual. O mais importante desses todos é o PMDB, que se notabilizou recentemente por sua capacidade de manter larga parte de seu apoio eleitoral ao nível subnacional, ao mesmo tempo em que se tornou um coadjuvante das competições presidenciais.

Uma série de pesquisas recentes (Bizzarro Neto, 2013; Maciel, 2014) têm demonstrado que o comportamento peemedebista não é errático, mas responde às necessidades de organização e sobrevivência do partido sob as condições impostas pelo regime multipartidário brasileiros contemporâneo. Em larga medida devido à herança organizativa que os anos na oposição ao regime autoritário impuseram ao partido, o PMDB é institucionalmente mais preparado para as disputas estaduais que nacionais (Ferreira, 2000). Ao mesmo tempo, sua receptividade a elites políticas largamente dependentes do estado nacional fez do partido um ator em que lógicas nacional e estadual andam normalmente descoladas. Dado seu histórico sucesso eleitoral em algumas regiões do país e a manutenção de poderosas máquinas políticas nesses contextos por décadas desde a redemocratização o PMDB, assim como a fragmentação do sistema político, pode bloquear a presidencialização de disputas estaduais, sempre que suas unidades locais assumirem estratégias bem sucedidas de independência.

Uma abordagem mais estruturada em uma análise como essa é, sabidamente, complexa. O número de casos é pequeno (27 estados em 5 eleições) e as dimensões em análises têm características bastante diferenciadas para as técnicas estatísticas tradicionais, marcadas por serem, particularmente no caso do Índice de Presidencialização, a quantificação de uma categoria iminentemente qualitativa, que é o formato da coligação eleitoral dos candidatos a governador.

Em análises como essa, tem se destacado o uso da técnica conhecida por *Qualitative Comparative Analysis* (Ragin, 1987; 2000; Rihoux, Marx, 2013). Diferentemente das técnicas estatísticas tradicionais, a QCA pauta-se pela busca de relações de necessidade e suficiência entre condições, em associação com a teoria dos conjuntos, utilizando fundamentalmente categorias qualitativas. A próxima subseção descreve brevemente os dados utilizados para a análise com QCA e os resultados dos testes realizados.

6. Dados e Resultados

A forma primordial para a aplicação do QCA como uma metodologia é a seleção de um objeto em que a análise possa ser entendida a partir da teoria dos conjuntos e em que mais que variáveis,

o eixo da análise se dê em torno das condições que podem produzir um determinado resultado. Como demonstramos anteriormente, a análise da presidencialização das coligações eleitorais nas disputas para Governado é um desses fenômenos. Como também já evidenciamos, nós criamos um índice de presidencialização estadual que captura grande parte dos arranjos estabelecidos entre os partidos. Tal índice foi posteriormente calibrado para se tornar uma condição com características “fuzzy”. Seguindo os padrões estabelecidos para a lógica booleana, nós definimos como estados com presidencializados (threshold máximo) todos aqueles estados em que o índice de presidencialização fosse de 0.85 ou mais. Estados não presidencializados, foram aqueles em que os níveis de presidencialização marcavam 0.20 ou menos em nosso índice, assim como foram considerados casos “nem / nem” aqueles em que o Índice de presidencialização fosse de 0.50.

As condições que produziram estados com disputas presidencializadas foram operacionalizados de maneira semelhante. Nossas duas condições explicativas primordiais, o tamanho do eleitorado estadual e a dispersão do poder foram convertidos em medidas fuzzy a partir de variáveis quantitativas largamente utilizadas pela literatura. Enquanto o tamanho do eleitorado, em número de eleitores foi utilizado para demarcar os valores da primeira condição (os limiares foram ajustados eleição por eleição e a tabela 1 do Anexo cita esses parâmetros), a medida de dispersão do poder estadual foi definida a partir do Número Efetivo de Partidos (Laakso; Taagepera, 1979) tomando por referência os resultados eleitorais dos partidos políticos nas eleições estaduais para a Câmara dos Deputados no pleito imediatamente anterior àquele sob escrutínio.

De forma semelhante, o desempenho dos partidos nas eleições para a Câmara no pleito anterior foi usado para definir a força relativa dos partidos em cada unidade da federação. Por um lado, a força do PMDB serve para testar nossa hipótese de que o partido é capaz, nos estados em que é mais forte, bloquear a presidencialização da disputa local, impedindo que PT e PSDB encabechem as duas principais candidaturas e organizem a estrutura de competição política estadual à semelhança da disputa nacional.

Por outro, a força do PSDB e do PT testa o argumento do componente regional elaborada por Limongi e Cortez. Dado que os testes em QCA permitem que condições negadas também sejam testadas, estados em que PT ou PSDB não são fortes o suficiente tendem a ser nacionalizados. Nesses estados, os “partidos nacionais” terceirizariam as campanhas locais para os partidos aliados, de forma a extrair os recursos eleitorais já discutidos, angariados com a coordenação de estratégias eleitorais através dos níveis da disputa. Tais várias também foram calibradas para os testes em fuzzy e os parâmetros usados encontram-se no Anexo.

O primeiro teste que realizamos é o teste de necessidade. Dimensão fundamental da análise por QCA, que permite a descoberta de condições necessárias ou suficientes para a ocorrência de um fenômeno, o teste de necessidade é aplicado em cada uma das condições teoricamente relevantes separadamente. Individualmente, nenhuma das condições atingiu o nível de consistência necessário (equivalente em QCA ao teste de significância das técnicas estatísticas tradicionais) para serem tratadas como necessárias.⁶

Isso significa, fundamentalmente, que mais que condições individuais, a presidencialização das disputas estaduais é sempre resultado de uma confluência de fatores, de combinações de condições que produzem o resultado observado.⁷Essas condições são testes a partir da aplicação de um algoritmo que incorpore as características dos testes *fuzzy*. Tal algoritmo testa as múltiplas combinações das condições para encontrar combinações de condições que expliquem o *outcome* observado.

Os dados da Tabela 6 mostram o resultado desses testes para quatro modelos. O primeiro, inclui todos os pleitos desde 1994 e tem como condições explicativas o tamanho do eleitorado (ELEC para estados considerados grandes), a fragmentação do sistema partidário estadual (NEP para os estados mais fragmentados), e a existência de PMDB, PSDB e PT fortes em cada estado (PMDB, PSDB, PT). O segundo modelo segue a mesma lógica, mas testa as configurações observadas entre 1998 e 2010. Nesse modelo, além das variáveis já citadas, nós incluímos uma variável dicotômica para os Estados em que o governador eleito em 1994 concorria à reeleição. Como mencionamos acima, esperamos que tal condição esteja associada com estados em que a presidencialização ocorre. Por último, o terceiro e quarto modelos aplicam os mesmos testes para as eleições de 1994 e 2010 separadamente. Essa é uma forma de, ao minimizar o número de casos, aumentar os controles sobre variáveis externas ao modelo proposto que possam influenciar os resultados dos testes – como, por exemplo, a verticalização das coligações estabelecida pelo TSE em 2002 e 2006.

⁶ Nós assumimos 0.8 como o nível de consistência necessário. Há certa controvérsia nas pesquisas que empregam o método em relação ao limiar correto de consistência que permite a elaboração de inferências causais. Livros textos usualmente estabelecem esse limiar em 0.8. Publicações internacionais, como a *Comparative Political Studies* estabelecem tal limiar a 0.9 (Avdagic, 2010). Devido à prevalência do valor de 0.8, contudo, nós o adotamos como parâmetro. O leitor verá, contudo, que em alguns casos nossos testes excedem 0.9, e mesmo quando não o fazem, encontram-se bem perto dele.

⁷ A tabela 2 do Anexo traz o resultado dos testes de necessidade.

Tabela 6. Resultado dos testes de fuzzy-QCA para presidencialização das coligações a governador (1994-2010)

<i>Modelo 1 (1994-2010)</i>				<i>Modelo 2 (1998-2010, inclui REELEC)</i>			
	Cobertura Bruta	Cobertura Única	Consistência		Cobertura Bruta	Cobertura Única	Consistência
ELEC	0.513	0.105	0.827	PT	0.532	0.081	0.908
NEP * ~PSDB	0.361	0.082	0.828	ELEC	0.511	0.032	0.876
~NEP * PSDB	0.285	0.082	0.853	~REELEC * ~PMDB	0.225	0.016	0.930
PMDB * PT	0.351	0.022	0.886	PSDB * ~NEP	0.286	0.031	0.908
~PSDB * PT	0.367	0.008	0.880	~PSDB * NEP	0.362	0.062	0.908
~NEP * PT	0.275	0.006	0.887				
Cobertura do modelo	0.870			Cobertura do modelo	0.907		
Consistência do modelo:	0.821			Consistência do modelo:	0.867		
<i>Modelo 3 (1998)</i>				<i>Modelo 4 (2010)</i>			
	Cobertura Bruta	Cobertura Única	Consistência		Cobertura Bruta	Cobertura Única	Consistência
ELEC	0.523	0.183	0.874	~NEP * ~REELEC	0.310	0.105	0.994
PSDB * ~PT	0.371	0.181	0.946	~NEP * ELEC	0.227	0.067	1.000
NEP * ~PSDB * REELEC	0.318	0.095	0.894	PSDB * ~REELEC	0.167	0.077	0.974
				NEP * ~PSDB * REELEC	0.234	0.027	1.000
				~PMDB * ~PSDB	0.414	0.017	0.998
				~PMDB * ~ELEC	0.302	0.029	0.971
Cobertura do modelo	0.805			Cobertura do modelo	0.787		
Consistência do modelo:	0.882			Consistência do modelo:	0.980		

Os resultados dos testes confirmam em larga medida as expectativas acima delineadas. Primeiramente, tanto no modelo 1 quanto no modelo 2, disputas presidencializadas estiveram fortemente associadas com os maiores estados. Essa condição ajuda a compreender casos como São Paulo, Minas e Bahia, grandes estados em que PT e PSDB – ou seus aliados – lançam candidaturas competitivas que replicam a estrutura de competição estabelecida nacionalmente.

Da mesma forma, em uma interessante combinação, a ausência de fragmentação do sistema partidário estadual (evidenciada pelo ~NEP, que indica negação da condição), com a força dos partidos presidenciais também se mostrou em ambos os modelos importante condição para a ocorrência de uma disputa presidencializada nas eleições para governador. Tal combinação sugere que em contextos como esses, PT e PSDB tem maior facilidade para organizar a disputa local. Com menor fragmentação, são menos os atores que devem ser mobilizados em torno das candidaturas a governador. Quando PT ou PSDB são fortes, acabam por incentivar uma organização em torno de si, e dadas suas estratégias nacionais, forçam seus adversários a uma aliança de oposição, nacionalizando a disputa. Exemplos dessa lógica são os casos do Ceará, Pará e Tocantins, onde o PSDB é forte, e do Mato Grosso do Sul, Acre e Distrito Federal, onde o PT tem bons resultados.

Três outras combinações aparecem. A primeira ocorre em estados em que a fragilidade eleitoral do PSDB se combina com sistemas partidários mais dispersos. Esse é o caso, por exemplo, do Rio de Janeiro em 2010. Nesses casos, a presidencialização da disputa ocorre menos pela ação deliberada dos principais partidos e mais pelo seu alinhamento com as disputas locais. A maior dispersão do poder permite que tal alinhamento ocorra, ao garantir que os partidos associados às disputas nacionais apoiem candidaturas locais e impulsionem seu desempenho. A combinação PMDB * PT (PMDB forte E PT forte), também se destaca por evidenciar a adaptação das estratégias coligacionistas dos partidos nacionais às condições da política estadual. A maior parte dos casos contidos nessa condição constitui estados em que os partidos disputaram a eleição entre si, nas quais o PSDB estadual apoiou a candidatura do PMDB local contra o PT (Santa Catarina e Mato Grosso do Sul recentemente, por exemplo).

A última combinação de condições a ser mencionada é observada quando incluímos a reeleição no modelo. Diferentemente do que esperávamos, a ausência de um candidato a reeleição esteve associada a ocorrência de uma disputa presidencializada na eleição para governador. Não individualmente, contudo, aparecendo em associação com a inexistência de um PMDB forte ao nível estadual. Cremos que tal combinação reforça, ainda que inesperadamente, a hipótese de que essencialmente a presidencialização das disputas locais é

também uma função dos custos em que os partidos nacionais devem incorrer para reorganizar as disputas estaduais. Sem um candidato a reeleição e sem um PMDB forte, PSDB e PT tendem a ser capazes de se alinhar ou alinhar as candidaturas estaduais com seus candidatos presidenciais mais facilmente, produzindo a presidencialização da disputa a governador. Casos exemplares dessa lógica são a Bahia em 2002, ainda sob domínio do Carlismo e o Maranhão em 2006, na disputa entre Roseana Sarney e Jackson Lago (o “sarneyismo” se encontra disperso em 2006, no PFL, PTB e PV).

Os modelos para os anos de 1998 e 2010 reforçam muitas dessas conclusões e apontam para uma interpretação global dos resultados. Dos testes sintetizados na tabela 6, três conclusões são possíveis. Primeiramente, o tamanho do eleitorado de fato é um fator fundamental para entender a presidencialização das disputas estaduais, como esperavamos. Além dele, o tamanho de PT e PSDB ajuda a definir a capacidade de tais partidos em influenciar a lógica da competição local. Onde eles são mais fortes tendem a organizar eles mesmo a disputa. Onde são mais fracos, tendem a fazer alianças, impulsionando a candidatura de seus aliados. Tal conclusão confirma as expectativas de Limongi e Cortez (2010), demonstrando a importância do “fator regional” para entender as estratégias de coligações dos partidos presidenciais. Por último, as interações entre a fragmentação do sistema político local, a força do PMDB estadual e a instituição da reeleição matizam as afirmações de Lima Jr. (1983) sobre a independência dos contextos políticos locais. A racionalidade política contextual, traço marcante da política democrática no período 1945-1964 não foi páreo para a presidencialização das disputas particularmente quando os fundamentos dessa racionalidade não se mostravam robustos. Onde a fragmentação era pequena, onde o PMDB é fraco ou onde não havia um candidato a reeleição, elementos que poderiam oferecer uma lógica alternativa de organização da disputa política local, a presidencialização tendeu a se impor.

Tais conclusões demonstram que nossa expectativa de que há uma lógica subjacente ao processo de presidencialização se confirmam. Os benefícios, medidos pelo tamanho do eleitorado, os custos, medidos pelos entraves à presidencialização, e a capacidade de PT e PSDB em intervir na política local produzem um quando mais organizado das disputas e das expectativas para os próximos pleitos.

7. Conclusão

O presente *paper* tinha dois objetivos fundamentais. Introduzir o debate sobre QCA ao público brasileiro e brevemente discutir o lugar do método no horizonte das metodologias

para a pesquisa em Ciência Política no país. Ao mesmo tempo, buscava aplicar o método para demonstrar suas potencialidades, abordando um objeto concreto e inexplorado na literatura acadêmica brasileira. Obviamente, as exigências de atingir dois objetivos tão audaciosos em um mesmo exercício impõem limitações importantes ao sucesso de nossa empreitada. Mais testes são necessários e uma abordagem menos extensiva do método tendem a produzir um artigo mais bem acabado para a publicação científica. Contudo, cremos que algumas importantes contribuições foram dadas.

Primeiramente, cremos que demonstramos como o método pode tratar de forma sistemática de conceitos abstratos e de difícil abordagem a partir das técnicas estatísticas tradicionais. A presidencialização das disputas estaduais é um desses conceitos, em que arranjos políticos que envolvem o cálculo de muitos atores estão presentes. As condições colocadas diante de tais atores, os custos, benefícios e possibilidades com os quais lidam, foram adequadamente tratados pela metodologia aqui explorada, sugerindo que essa pode se tornar uma estratégia para a pesquisa empírica em ciência política no país. A tradição da ciência política brasileira em adotar metodologias primordialmente qualitativas fez com que a pesquisa no país produzisse sofisticados modelos e conceitos que podem ser melhor explorados a partir do tratamento das condições qualitativamente, por meio da QCA.

Da mesma forma, cremos que oferecemos importante contribuição para o entendimento da dinâmica política recente do Brasil. O federalismo por um lado, e inovações institucionais do período democrático atual, permitiram o estabelecimento de um sistema partidário em que a competição política estivesse “amarrada” (Melo, 2010). Nessa associação entre os níveis, mais que as idiosincrasias das elites políticas há métodos e lógicas que começaram a ser desveladas nesse *paper*, permitindo uma compreensão sistemática do desenvolvimento recente dos partidos no país e a criação de expectativas sobre seu desenvolvimento futuro. PT e PSDB deliberadamente atuaram para fortalecer suas campanhas presidenciais e perceberam onde era mais fácil e mais vantajoso fazê-lo. As consequências dessas estratégias para o sucesso recente do sistema partidário brasileiro já foram exploradas, ainda que grande parte de sua estrutura permanecesse desconhecida.

Referências

Berg-Schlosser, Dirk; Meur, Gisèle De; Rihoux, Benoît; Ragin, Charles. “Qualitative Comparative Analysis (QCA) as an Approach”. In: Rihoux, Benoît; Ragin, Charles (eds). *Configurational Comparative Methods: Qualitative Comparative Analysis (QCA) and related techniques*. Los Angeles, London, New Delhi and Singapore: Sage, 2009.

- Berg-Schlosser, Dirk. *Mixed methods in comparative politics: principles and applications*. Palgrave Macmillan, 2012.
- Bizzarro Neto, Fernando. 2013. "PMDB: Organização E Desenvolvimento Em São Paulo (1994-2010)." Master in Political Science, State University of Campinas (UNICAMP).
- Bizzarro Neto, Fernando. *Presidential Shortcuts: Why do voters vote in parties in candidate-centered elections?* Paper presented at the Comparative Politics Workshop at the Kellogg Institute. Notre Dame, IN. 2014
- Braga, Maria and Jairo Pimentel Jr. 2011. "Os Partidos Políticos Brasileiros Realmente Não Importam?" *Opinião Pública* 17 (2): 271-303.
- Braga, Maria do Socorro Sousa. *O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro: Padrões De Competição Política, 1982-2002*. Editora Humanitas, 2006.
- Carey, John M., and Matthew Soberg Shugart. "Incentives to cultivate a personal vote: a rank ordering of electoral formulas." *Electoral studies* 14.4 (1995): 417-439.
- Cortez, Rafael. "Eleições Majoritárias E Entrada Estratégica no Sistema Partidário-Eleitoral Brasileiro (1990-2006)." Ph.D., University of São Paulo, 2009.
- Cox, Gary W. *Making Votes Count: Strategic Coordination in the World's Electoral Systems*. Vol. 7 Cambridge Univ Press, 1997.
- Dahl, Robert. *Polarquia: participação e oposição*. São Paulo: EdUSP, 2012.
- Duverger, Maurice. *Les partis politiques*. A. Colin, 1964.
- Gerring, John. "Case selection for case-study analysis: qualitative and quantitative techniques." *J. Box-Steffensmeier, HE Brady, & D. Collier (Eds.), Oxford Handbook of Political Methodology, Oxford University Press, Oxford* (2008): 645-684.
- Golder, Sona Nadenichek. *The logic of pre-electoral coalition formation*. Ohio State University Press, 2006.
- Laakso, Markku, and Rein Taagepera. "Effective number of parties: A measure with application to West Europe." *Comparative political studies* 12.1 (1979): 3-27.
- Lijphart, Arend. *Patterns of democracy: Government forms and performance in thirty-six countries*. Yale University Press, 2012.
- Lima Jr, Olavo. "Eleições Presidenciais: Centralidade, Contexto e Implicações." *Revista Brasileira De Ciências Sociais* 14 (40), 1999.
- Lima Júnior, Olavo Brasil. *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional, 1945-1964*. Graal, 1983.
- Limongi, Fernando and Rafael Cortez. 2010. "As Eleições De 2010 E O Quadro Partidário." *Novos Estudos Cebrap* (88): 21, 2010.
- Maciel, Natália. "O Partido do Movimento Democrático Brasileiro: Um Estudo Sobre O Comportamento governista." Ph.D., IESP – UERJ, 2014.
- Mainwaring, Scott; Power, Timothy, Bizzarro Neto, Fernando. *The institutionalization of a party system: Brazil*. Paper presented at the conference "Party Systems in Latin America: Institutionalization, Collapse and Decay". Notre Dame, IN, 2014.
- Mainwaring, Scott; Meneguello, Rachel; Power, Timothy. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

- Melo, Carlos Ranulfo and Rafael Câmara. "Estrutura Da Competição Pela Presidência E Consolidação do Sistema Partidário no Brasil." *Revista Dados* 55 (1): 71-117, 2012.
- Melo, Carlos Ranulfo. "Eleições Presidenciais, Jogos Aninhados E Sistema Partidário no Brasil." *Revista Brasileira De Ciência Política* (4): 13-41, 2010.
- Meneguello, Rachel. "Las Elecciones De 2010 Y Los Rumbos Del Sistema De Partidos Brasileño: Política Nacional, Fragmentación Y Lógica De Coaliciones." In *América Latina: Política Y Elecciones Del Bicentenario (2009-2010)*, edited by Manuel Alcántara Saéz and María Lucía Tagina. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2011.
- Meneguello, Rachel. "Alguns aspectos da lógica de coalizões partidárias". In: *Textos para Discussão CEPAL/IPEA*, Brasília, n. 8, p. 9-45, 2010.
- Power, Timothy J. and Cesar Zucco Jr. 2009. "Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990–2005: A Research Communication." *Latin American Research Review* 44 (1): 218-246.
- Ragin, Charles. *Fuzzy-Set Social Science*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.
- Ragin, Charles. *The Comparative Method: Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies*. Berkeley: University of California Press, 1987.
- Ragin, Charles; Rihoux, Benoît. "Qualitative Comparative Analysis (QCA): State of the Art and Prospects". *Qualitative Methods: Newsletter of the APSA organized section on qualitative methods*. v. 2, n. 2, p. 3-12, 2004.
- Ragin, Charles. "Qualitative Comparative Analysis using Fuzzy Sets (fsQCA)". In: Rihoux, Benoît; Ragin, Charles (eds). *Configurational Comparative Methods: Qualitative Comparative Analysis (QCA) and related techniques*. Los Angeles, London, New Delhi and Singapore: Sage, 2009.
- Rihoux, Benoît; Meur, Gisèle De. "Comparative research design: case and variable selection". In: Rihoux, Benoît; Ragin, Charles (eds). *Configurational Comparative Methods: Qualitative Comparative Analysis (QCA) and related techniques*. Los Angeles, London, New Delhi and Singapore: Sage, 2009.
- Rihoux, Benoît, and Axel Marx. "QCA, 25 Years after "The Comparative Method" Mapping, Challenges, and Innovations—Mini-Symposium." *Political Research Quarterly* 66.1 (2013): 167-235.
- Rihoux, Benoît; Ragin, Charles (eds). *Configurational Comparative Methods: Qualitative Comparative Analysis (QCA) and related techniques*. Los Angeles, London, New Delhi and Singapore: Sage, 2009.
- Schneider, Carsten Q., and Claudius Wagemann. *Set-theoretic methods for the social sciences: A guide to qualitative comparative analysis*. Cambridge University Press, 2012.
- Seawright, Jason. "Regression-based inference: A case study in failed causal assessment." Collier, D., Brady, H. *Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards* (2010): 247-271.
- Soares, Márcia Miranda. "Influência Majoritária em Eleições Proporcionais: Os Efeitos Presidenciais e Governatoriais sobre as Eleições para a Câmara dos Deputados Brasileira (1994-2010)." *Dados-Revista de Ciências Sociais* 56.2 (2013): 413-437.
- Souza, Maria do Carmo Campello de. "Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)". São Paulo: Alfa Omega (1976): 124-34.